

## Acórdão

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", e 243, todos do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar implementados os subitens 9.1.1, 9.1.3, 9.2.1, 9.4, 9.5, 9.6 e 9.7; em implementação os subitens 9.1.4 e 9.2.2; não implementado o subitem 9.1.2; e cumprido o subitem 9.3; todos integrantes da parte dispositiva do Acórdão nº 1.405/2008-TCU-Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 23/7/2008, inserido na Ata nº 29/2008-Plenário, dando por encerrado o ciclo de monitoramento do referido **decisum**, em determinar o apensamento dos autos ao TC 008.872/2006-9, que trata de auditoria operacional realizada nos Mecanismos de Resolução de Controvérsias no âmbito do Mercosul, Bolívia e Chile, e em arquivar o presente processo na Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – Seprog, sem prejuízo do envio de cópia desta deliberação e da instrução técnica de fls. 32/43 à 5ª Secretaria de Controle Externo, cuja clientela é integrada pelo Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o parecer da unidade instrutiva.

### **1. Processo TC-008.574/2010-3 (MONITORAMENTO)**

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (SEPROG).

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Dados da Sessão: Ata nº 27/2010 – Plenário

Data: 28/7/2010 – Ordinária

Relator: Ministro AUGUSTO NARDES

Vice-Presidente, no exercício da Presidência: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

TCU, em 28 de julho de 2010.